

# Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA  
carlosalexandre.df@dabr.com.br

## Guedes ainda menor

O ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, delegou ao secretário especial de Relações Governamentais, Bruno Grossi de Souza, a prerrogativa de barrar decisões do Ministério da Economia na execução de verbas federais. Após aprovar o Orçamento sem qualquer alteração no Fundo Eleitoral e nas emendas do relator, o Centrão dá nova demonstração de controle nas contas do governo Bolsonaro. Enquanto isso, a pasta comandada pelo ministro Paulo Guedes segue esvaziada, com debandada de técnicos.

## Plebiscito à moda Ciro

O pré-candidato à Presidência Ciro Gomes (PDT) defende a realização de plebiscitos sobre as reformas propostas por seu governo, se eleito. O pedetista afirma querer impedir o que chamou de “negociações de gabinete” e a aprovação de textos por meio de práticas de “toma lá, dá cá”. “Vou levar as reformas a voto direto do povo brasileiro, para que a maioria possa ganhar contra uma minoria poderosa que domina o Brasil”, afirmou à Rádio Bandeirantes. Ciro só não disse que precisará do aval do Congresso para levar adiante qualquer tipo de consulta popular.

## Demora com vacinas

A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber encaminhou à Procuradoria-Geral da União uma notícia-crime apresentada contra o presidente Jair Bolsonaro (PL) e o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. O motivo seria a demora em incluir crianças de 5 a 11 no plano de vacinação contra a covid-19, “provável cometimento de crime de prevaricação”. O pedido de investigação tem como autores a deputada federal Tabata Amaral (PSB-SP); o senador Alessandro Vieira (Cidadania -SE); e o secretário municipal de Educação do Rio de Janeiro, Renan Ferreirinhas.

# Porta do futuro para o país, Educação é punida pelo governo

No Dia Internacional da Educação, comemorado ontem, senadores como Daniella Ribeiro (PP-PB) e Jean Paul Prates (PT-RN) ressaltaram a importância do ensino para o desenvolvimento do país. Ao lembrar que a pandemia de covid-19 “agravou problemas e abismos já existentes e outros tantos que surgiram”, ela destacou a urgência de se dar atenção a uma atividade-chave para a retomada do país dramaticamente atingido pela pandemia. “Celebrar este dia é trabalhar incessantemente e pensar soluções para a Educação do nosso país”, disse.

» » »

Entretanto, há muitos desafios e pouca festa em relação à educação no Brasil. A nota vermelha mais recente é o corte de R\$ 800 milhões na educação anunciado pelo governo federal para o Orçamento de 2022. Para um país que enfrentou dois anos trágicos — 2020 e 2021 — na área educacional por causa da pandemia, observar uma redução no volume de recursos para o ensino é sinal preocupante.

» » »

Há quem diga que o problema da educação no Brasil não é propriamente a falta de dinheiro. O país investe aproximadamente 5,6% do Produto Interno Bruto na área da educação,



percentual superior à média de 4,4% dos países-membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. O problema estaria na ausência de um projeto capaz de agregar União, estados e municípios em torno de uma causa comum.

» » »

Enquanto o Brasil segue nas últimas fileiras nos rankings mais conhecidos sobre educação. A julgar pelas primeiras avaliações do Orçamento de 2022, nada indica que o boletim terá nota melhores.

## Arma, não

Em um país marcado pelo feminicídio, um projeto de lei em tramitação na Câmara pode contribuir para salvar vidas. Proposta de autoria do deputado Alexandre Frota (PSDB-SP) proíbe a aquisição, posse ou porte de arma de fogo a qualquer acusado de agressão contra a mulher. Se o agressor já tiver arma, ela será apreendida até o final do processo judicial, e devolvida somente em caso de absolvição.

## Socorro a índios

A Fundação Nacional do Índio (Funai) criou um novo programa de assistência às comunidades em territórios indígenas. O objetivo é aprimorar as ações institucionais de enfrentamento a eventuais situações de urgência e emergência. O Programa de Operações Especiais de Proteção Etnoambiental e Territorial (Proepet) tem como meta responder às situações de calamidade; catástrofes e emergências ambientais ou em saúde pública em áreas ocupadas por povos indígenas, bem como a conflitos fundiários, territoriais e étnicos.

## Biometria fake

Mesmo se não tiver feito cadastro biométrico na Justiça Eleitoral, o eleitor poderá votar em outubro deste ano. Em mais um esforço contra a desinformação, o Tribunal Superior Eleitoral esclareceu ontem que não há qualquer impedimento para quem não tiver realizado esse procedimento. O registro biométrico exige a presença do interessado para coleta de digitais. Esse procedimento foi suspenso em 2020, por causa do risco de aglomeração durante a pandemia de covid-19.



**Tudo isso (Orçamento sancionado) corrobora com a ideia de que ele quer se eleger a qualquer custo e, ao mesmo tempo, manter a base dele a qualquer custo. Isso não significa que não haverá desgaste na sociedade”**

**Ivan Valente (Psol-SP)**, deputado federal, sobre a sanção da peça orçamentária sem veto ao Fundo Eleitoral e às emendas do relator

# Veto à Conitec chega à Justiça

Nota técnica do secretário Hélio Angotti Neto ignorando orientação da comissão contra o kit covid é contestada até no STF

» CRISTIANE NOBERTO

A Rede Sustentabilidade e um grupo de parlamentares acionaram o Judiciário pedindo o “afastamento imediato” do secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Hélio Angotti Neto, depois que ele elaborou uma nota técnica, publicada na última sexta-feira, defendendo a manutenção do chamado kit covid — que contém medicamentos reconhecidos sem eficácia contra o novo coronavírus. Enquanto o partido ingressou no Supremo Tribunal Federal (STF), os deputados foram à Justiça Federal. A Associação Médica Brasileira (AMB) também repudiou a posição de Angotti.

Segundo a petição da Rede, “os negacionistas não desistem. Continuam propagando notícias falsas, prometendo um tratamento milagroso que não existe, desqualificando a vacinação

em massa e, sempre, terceirizando responsabilidades. Mesmo aqueles que se vacinam, publicamente ou em segredo, continuam até hoje a jogar com as vidas dos brasileiros”.

Já o grupo de parlamentares observou que a posição de Angotti é contrária às recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). “Não vamos aceitar que ignorância, maldade e/ou loucura definam as ações da Saúde”, afirmou o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), um dos signatários da petição, por meio das redes sociais.

Além do senador, os deputados federais Tabata Amaral (PSB-SP) e Felipe Rigoni (PSL-ES), o deputado estadual Renan Ferreirinha (PSB-RJ) e José Frederico Lyra Netto, co-fundador do movimento de renovação política Acredito, assinam a petição.

## Suspensão

A AMB, por sua vez, cobra

Walterson Rosa/MS



Políticos e a AMB criticaram a nota técnica assinada por Angotti e consideram-na “falaciosa”

do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, a suspensão da nota técnica elaborada por Angotti: “É com indignação e

urgência que solicitamos ao Ministro da Saúde a anulação da Portaria SCTIE/MS nº 4 de 20/01/2022, bem como a pronta aprovação das *Diretrizes Brasileiras para o Tratamento Medicamentoso Ambulatorial e Hospitalar*

& Marsal apresentasse os documentos ligados à saída de Moro empresa em outubro, quando se lançou na política. Entre as informações requisitadas estavam os valores pagos ao presidencial, incluindo as datas das transações.

No comunicado, a empresa diz ter prestado “todos os esclarecimentos solicitados de forma tempestiva e colaborativa”, sustentando, ainda, que parecer técnico da corte “demonstrou não haver nenhum tipo de conflito”. A consultoria diz que

“dentro dos limites da lei, sempre respondeu a tudo”.

Na investigação que tramita junto ao TCU, o subprocurador geral Lucas Rocha Furtado quer apurar possíveis “prejuízos aos cofres públicos pelas operações supostamente ilegais dos membros da Lava-Jato de Curitiba e do ex-juiz Sergio Moro, afetando a empresa Odebrecht mediante práticas ilegítimas de *revolving door* — movimentação em que políticos ou servidores se tornam lobistas ou consultores na área em que atuavam —, e

do Paciente com Covid-19 na forma em que foram aprovadas pela Conitec (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS)”.

A entidade médica critica a nota do ministério. “A portaria da SCTIE/MS vai além em termos de completo desalinhamento científico, e em uma tabela desastrosa tenta induzir erroneamente o entendimento que Hidroxicloroquina/Cloroquina (HCQ/CQC) tem comprovação de eficácia e é segura, e incrivelmente desacredita as vacinas contra covid rotulando como sem efetividade e com dúvidas sobre a segurança”, destacou, na solicitação remetida a Queiroga.

O secretário do Ministério da Saúde está convocado a depor no Senado assim que retornarem os trabalhos, em 1º de fevereiro. Os membros da Comissão de Direitos Humanos da Casa serão os responsáveis pela oitiva de Angotti. A convocação foi feita para que ele explique o veto ao parecer da Conitec para o tratamento de covid-19, a desconfiança que lança sobre a as vacinas e a defesa do kit covid. **(Colaborou Fabio Grecchi)**

## LAVA-JATO

# Consultoria defende a atuação de Moro

A consultoria americana Alvarez & Marsal divulgou, ontem, um comunicado sobre o contrato que manteve com o presidencial Sergio Moro (Podemos), alvo de apurações no Tribunal de Contas da União (TCU). No documento,

a empresa afirma que o contrato com o ex-ministro da Justiça foi “expresso” em impedi-lo de atuar com clientes ligados à Operação Lava-Jato. Além disso, a consultoria afirma que “ilações” sobre interferências na nomeação da empresa em

processos de recuperação judicial consistem em “desrespeito” e “absoluto desconhecimento dos processos judiciais”.

Na nota, a Alvarez & Marsal sustenta que o contrato fechado com o ex-juiz possui uma “cláusula de confidencialidade, que não permite sua divulgação sem o consentimento da outra parte”. O documento foi requisitado pelo TCU no âmbito das investigações sobre o caso.

Em dezembro, o ministro Bruno Dantas, da corte de contas, determinou que a Alvarez

lawfare, “conduzido contra pessoas investigadas nas operações” da força-tarefa.

Moro foi contratado pela Alvarez & Marsal após pedir demissão do Ministério da Justiça e Segurança Pública acusando o presidente Jair Bolsonaro de suposta tentativa de interferência política na Polícia Federal — tema de inquérito que tramita junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). O ex-juiz se mudou para os Estados Unidos para área de Disputas e Investigações da consultoria americana.